



Prefeitura de Baturité – CE
Guarda Municipal

LÍNGUA PORTUGUESA

Fatores de textualidade: coerência, coesão (referencial e sequencial), situacionalidade e intertextualidade	1
Semântica: sinonímia/antonímia; hiponímia/hiperonímia; homonímia/paronímia/ polissemia; ambiguidade; denotação/conotação; sentido próprio e figurado; implícitos	4
Constituição, organização, funções e características linguísticas de tipos e gêneros textuais, inclusive, os documentos oficiais (documentos do padrão ofício, ata, atestado, certidão, convocação, edital, parecer, portaria, requerimento, relatório)	6
Propósito comunicativo do texto.....	23
Reescrita de frases e parágrafos do texto e de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	24
Convenções gráficas: ortografia conforme normas oficiais vigentes; abreviações, siglas e símbolos; acentuação, inclusive sinal indicativo de crase	26
Pontuação	34
Morfologia: elementos mórficos e processos de formação de palavras.....	38
Classes de palavras (caracterização morfossintática e emprego).....	40
Flexão de nomes e verbos, de acordo com as normas da língua padrão	53
Uso dos pronomes e expressões de tratamento; emprego das categorias nominais (gênero e número) e verbais (tempo, modo, voz, aspecto).....	58
Sintaxe: concordância verbal e nominal.....	60
Regência verbal e nominal	63
Termos da oração; relações sintático-semânticas entre orações, períodos ou parágrafos; colocação dos termos no sintagma e na oração e das orações no período	66
Questões	74
Gabarito.....	88



NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Constituição da república federativa do brasil de 1988.....	1
Lei orgânica do município de baturité.....	54
Lei nº 12.527/2011 – lei de acesso à informação.....	99
Lei nº 13.709/2018 – lei geral de proteção de dados pessoais.....	111
Lei nº 14.681 - política de bem-estar, saúde e qualidade de vida no trabalho e valorização dos profissionais da educação.....	134
Redação oficial: normas e princípios segundo o manual de redação da presidência da república e o decreto nº 9.758/2019.....	137
Declaração universal dos direitos humanos (onu, 1948).....	139
Questões.....	143
Gabarito.....	149

CONHECIMENTOS DO MUNICÍPIO DE BATURITÉ

Formação histórica do município de baturité e do território do maciço de baturité.....	1
Ocupação indígena pré-colonial, povos originários, territorialidades, modos de vida e processos de conflito e expropriação.....	5
Colonização portuguesa no interior do ceará: sesmarias, frentes de ocupação e formação dos primeiros núcleos rurais e urbanos.....	14
Origem do povoado de baturité, etimologia do topônimo, elevação à categoria de vila e de município.....	19
Importância histórica de baturité na organização territorial, econômica e política do ceará, com destaque para o século xix.....	23
Economia histórica: agricultura de subsistência e de exportação; introdução, expansão e declínio da cafeicultura no maciço de baturité; impactos econômicos, sociais, demográficos e ambientais do ciclo do café; relações entre estrutura fundiária, trabalho escravizado, trabalho livre e organização social.....	27
Transformações socioeconômicas posteriores e diversificação das atividades produtivas.....	35
Localização geográfica e inserção regional de baturité no estado do ceará; limites territoriais, distritos e relações com os municípios do maciço e com a região metropolitana de fortaleza.....	39
Aspectos da geografia física: relevo e geomorfologia do maciço de baturité, altitudes, encostas e áreas de fragilidade ambiental; clima serrano, regimes de precipitação, temperaturas médias e microclimas; hidrografia, bacias, rios, nascentes e importância estratégica dos recursos hídricos.....	44
Cobertura vegetal e biodiversidade: remanescentes de mata atlântica no ceará, fauna e flora, áreas de preservação e serviços ecossistêmicos.....	52

SUMÁRIO



Dinâmica populacional e geografia humana: distribuição urbana e rural da população, estrutura demográfica, fluxos migratórios e relações entre cidade e campo	58
Questões	63
Gabarito.....	68

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Segurança pública na Constituição Federal: art. 144 e §8º	1
Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei nº 13.022/2014): princípios, competências, organização, atuação preventiva e comunitária.....	4
Direitos Humanos aplicados à segurança pública.....	9
Dignidade da pessoa humana, legalidade, proporcionalidade e razoabilidade no uso da força.....	14
Uso diferenciado e progressivo da força; Mediação, negociação e gestão de conflitos	18
Noções de Direito Penal: fato típico, ilicitude e culpabilidade; crimes contra a pessoa, o patrimônio e a administração pública	27
Noções de Direito Processual Penal: prisão em flagrante, provas e cadeia de custódia	59
Legislação de trânsito (Lei nº 9.503/1997)	96
Noções de primeiros socorros.....	183
Ética profissional e responsabilidade civil, penal e administrativa do agente público....	212
Políticas públicas de segurança cidadã e prevenção da violência	226
Legislação municipal pertinente ao exercício do cargo.....	233
Questões	233
Gabarito.....	239

SUMÁRIO



COERÊNCIA E COESÃO

A coerência e a coesão são essenciais na escrita e na interpretação de textos. Ambos se referem à relação adequada entre os componentes do texto, de modo que são independentes entre si. Isso quer dizer que um texto pode estar coeso, porém incoerente, e vice-versa.

Enquanto a coesão tem foco nas questões gramaticais, ou seja, ligação entre palavras, frases e parágrafos, a coerência diz respeito ao conteúdo, isto é, uma sequência lógica entre as ideias.

► Coesão

A coesão textual ocorre, normalmente, por meio do uso de **conectivos** (preposições, conjunções, advérbios). Ela pode ser obtida a partir da **anáfora** (retoma um componente) e da **catáfora** (antecipa um componente).

Confira, então, as principais regras que garantem a coesão textual:

REGRA	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
REFERÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> – Pessoal (uso de pronomes pessoais ou possessivos) – anafórica – Demonstrativa (uso de pronomes demonstrativos e advérbios) – catafórica – Comparativa (uso de comparações por semelhanças) 	<p>João e Maria são crianças. <i>Eles</i> são irmãos.</p> <p>Fiz todas as tarefas, exceto esta: colonização africana.</p> <p>Mais um ano igual <i>aos</i> outros...</p>
SUBSTITUIÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> – Substituição de um termo por outro, para evitar repetição 	<p>Maria está triste. A menina está cansada de ficar em casa.</p>
ELIPSE	<ul style="list-style-type: none"> – Omissão de um termo 	<p>No quarto, apenas quatro ou cinco convidados. (omissão do verbo “haver”)</p>
CONJUNÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> – Conexão entre duas orações, estabelecendo relação entre elas 	<p>Eu queria ir ao cinema, mas estamos de quarentena.</p>
COESÃO LEXICAL	<ul style="list-style-type: none"> – Utilização de sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos ou palavras que possuem sentido aproximado e pertencente a um mesmo grupo lexical. 	<p>A minha casa é clara. Os quartos, a sala e a cozinha têm janelas grandes.</p>

► Coerência

Nesse caso, é importante conferir se a mensagem e a conexão de ideias fazem sentido, e seguem uma linha clara de raciocínio.

Existem alguns conceitos básicos que ajudam a garantir a coerência. Veja quais são os principais princípios para um texto coerente:

- **Princípio da não contradição:** não deve haver ideias contraditórias em diferentes partes do texto.
- **Princípio da não tautologia:** a ideia não deve estar redundante, ainda que seja expressa com palavras diferentes.
- **Princípio da relevância:** as ideias devem se relacionar entre si, não sendo fragmentadas nem sem propósito para a argumentação.
- **Princípio da continuidade temática:** é preciso que o assunto tenha um seguimento em relação ao assunto tratado.



DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

► Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)



POVOS ORIGINÁRIOS E PRESENÇA INDÍGENA NO TERRITÓRIO

A história do município de Baturité e da região do Maciço de Baturité começa muito antes da chegada dos colonizadores europeus. Este território era originalmente habitado por povos indígenas que deixaram marcas profundas na cultura, nos costumes e até na toponímia local.

Entender quem eram esses povos originários e como se deu a presença indígena na região é fundamental para compreender a formação histórica e cultural de Baturité.

► Diversidade dos povos indígenas do Ceará

Antes da colonização portuguesa, o Ceará era povoado por diversos grupos indígenas pertencentes a diferentes troncos linguísticos, principalmente o Tupi e o Macro-Jê. Na região do Maciço de Baturité, destacavam-se grupos de línguas pertencentes ao tronco Tupi, como os Potyguara e, possivelmente, os Tapuia (termo genérico usado pelos colonizadores para se referir a diversos grupos que não falavam a língua tupi).

Esses povos viviam em comunidades organizadas, com sistemas próprios de liderança, práticas religiosas, conhecimento da natureza e modos de vida ligados à agricultura, à caça, à pesca e à coleta de frutos. A relação com o meio ambiente era de equilíbrio e respeito, o que contribuiu para a preservação da rica biodiversidade do Maciço.

► Localização estratégica e ocupação indígena no Maciço

A região do Maciço de Baturité, por ser uma área serrana com clima mais ameno, fontes de água abundantes e solos férteis, era particularmente atraente para os povos indígenas. Esses fatores favoreceram a fixação de aldeias e o desenvolvimento de atividades agrícolas rudimentares, como o cultivo de mandioca, milho e feijão. Também era comum a coleta de frutas nativas, como o jatobá, o umbu e a cajarana.

As serras e florestas do Maciço proporcionavam proteção natural contra invasões e eram consideradas espaços sagrados por muitas etnias. Há registros orais e documentos históricos que indicam que essas populações realizavam rituais religiosos e encontros intertribais em áreas elevadas da serra, demonstrando o valor simbólico do território.

► Impacto da colonização e o processo de expulsão dos indígenas

Com a chegada dos portugueses ao Ceará e o avanço da colonização, os povos indígenas da região passaram a sofrer com a perda de seus territórios, a violência física e cultural, e as tentativas de catequese promovidas pelos missionários jesuítas. Muitos indígenas foram forçados a deixar suas terras e foram deslocados para missões religiosas ou aldeamentos controlados pelos colonizadores.

A resistência indígena, no entanto, foi marcante. Há relatos de enfrentamentos e fugas para áreas mais remotas da serra. Em alguns casos, os indígenas estabeleceram alianças com outros grupos para proteger suas aldeias. Mesmo assim, o processo de expropriação territorial e imposição cultural foi avassalador.

► Herdeiros da cultura indígena na região

Apesar da violência histórica, traços da presença indígena ainda podem ser encontrados na cultura regional de Baturité e do Maciço. Palavras de origem tupi permanecem nos nomes de rios, serras e localidades. Além disso, práticas como o uso de ervas medicinais, a pesca com armadilhas e o respeito à natureza são heranças culturais dos povos originários.



A segurança pública é tratada na Constituição Federal de 1988 como um direito fundamental do cidadão e um dever inalienável do Estado. Localizada no Título V – Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, a segurança pública é detalhadamente regulada no artigo 144 da CF/88, que estabelece seus fundamentos, objetivos, órgãos responsáveis e diretrizes para sua atuação.

▸ Conceito e natureza jurídica da segurança pública

A segurança pública é um dos instrumentos de proteção à ordem constitucional, aos direitos fundamentais e à paz social. Está prevista no artigo 144, caput, da CF/88, nos seguintes termos:

“A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.”

Esse dispositivo revela três dimensões importantes:

- **Dever do Estado:** incumbe aos entes federativos a obrigação de estruturar, manter e garantir a efetividade dos órgãos de segurança pública.
- **Direito de todos:** a segurança é um direito fundamental implícito, vinculado à dignidade da pessoa humana, à liberdade e à propriedade.
- **Responsabilidade compartilhada:** embora seja dever primário do Estado, a CF/88 reconhece o papel da sociedade civil na promoção da segurança, por meio de colaboração, controle social e participação em políticas públicas.

▸ Objetivos constitucionais da segurança pública

De acordo com o mesmo artigo 144, a segurança pública tem como objetivos centrais:

- **Preservar a ordem pública:** assegurando a paz social, a estabilidade das instituições e a convivência harmônica entre os cidadãos.
- **Proteger a incolumidade das pessoas e do patrimônio:** impedindo ou reprimindo ações que ameacem a vida, a integridade física, os bens e os direitos.

Tais objetivos evidenciam que a segurança pública não se limita à repressão penal, mas abrange a prevenção da violência e a promoção de ambientes seguros e inclusivos.

▸ Órgãos responsáveis pela segurança pública

O artigo 144 também enumera os órgãos que compõem o sistema de segurança pública, os quais atuam de forma integrada, embora com competências distintas:

- **Polícia Federal (PF):** órgão permanente, estruturado em carreira, subordinado ao Ministério da Justiça. Atua na repressão a crimes federais, tráfico internacional de drogas, crimes contra a ordem política e social, e outras atribuições de interesse da União.
- **Polícia Rodoviária Federal (PRF):** responsável pelo patrulhamento ostensivo das rodovias federais.
- **Polícia Ferroviária Federal (PFF):** com função semelhante à PRF, nas ferrovias federais, embora ainda não tenha sido plenamente estruturada.
- **Polícias Civis:** dirigidas por delegados de polícia de carreira, têm função de polícia judiciária e apuração de infrações penais, exceto as militares.
- **Polícias Militares:** responsáveis pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública. Auxiliam o Poder Judiciário e o Ministério Público quando requisitadas.